

## **INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: A REALIDADE DAS INFRAESTRUTURAS PARA ALUNOS CADEIRANTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO**

Osias Raimundo da Silva Junior <sup>1</sup>; Carlos Augusto Batista Sena <sup>2</sup>; Renan Belem da Silva <sup>3</sup>; Rebeka Rayane Araujo de Lima <sup>4</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, [juniorsilvapi@hotmail.com](mailto:juniorsilvapi@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, [carlos\\_augusto\\_sena@hotmail.com](mailto:carlos_augusto_sena@hotmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, [renanbs14@gmail.com](mailto:renanbs14@gmail.com)

<sup>4</sup> Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, [rebekeyane24@gmail.com](mailto:rebekeyane24@gmail.com)

### **RESUMO.**

A inclusão é um tema muito discutido por profissionais da área da educação para que as escolas sejam adaptadas para receberem alunos com deficiências e assim contribuir para o desenvolvimento das habilidades acadêmicas dos discentes. O presente trabalho foi uma análise de algumas escolas públicas da região metropolitana do Recife com ênfase nas condições arquitetônicas para receber alunos cadeirantes ou com limitações físicas para a locomoção. A acessibilidade é um fator de grande importância quando se fala em inclusão, por isso, foram observadas as condições para os cadeirantes terem acesso a todos os pontos de escola sem o auxílio de segundos, como salas de aula, banheiros, refeitórios, bibliotecas, salas de vídeos, laboratórios, secretaria e áreas de atividades recreativas. Os resultados mostram que as três escolas selecionadas para as avaliações arquitetônicas possuem um grande déficit em suas infraestruturas, onde as mesmas, não estão capacitadas para oferecer a acessibilidade adequada para o aluno cadeirante porque não há rampas de acesso, adaptação dos banheiros ausentes e limitações consideráveis em algumas áreas de escola. Com base na análise, foi possível entender na prática que a inclusão de cadeirantes na realidade vivenciada nas escolas é uma grande barreira a ser enfrentada para proporcionar educação de qualidade e acessibilidade aos portadores de deficiências físicas. Em virtude disso, é notório que os âmbitos escolares precisam passar por adaptações para poderem acomodar os cadeirantes e favorecer sua participação mais ativa no processo de ensino-aprendizagem e com isso, a escola ser capaz de proporcionar condições favoráveis para potencializar o desenvolvimento de todo e qualquer indivíduo, os mesmos, possuindo deficiências físicas ou não.

Palavras-chave: Deficiência física; Escola; Infraestrutura.

### **INTRODUÇÃO.**

A prática pedagógica se desenvolve a partir do espaço escolar que pode ser de possibilidades ou de limitações. Entende-se então o acesso como um grande veículo para a aprendizagem e inclusão ao aluno. Falar de inclusão é pensar na modificação da sociedade como parte de um

processo que busca o desenvolvimento e a cidadania das pessoas com deficiências (RIBEIRO 2004, p. 103-118).

A educação para portadores de necessidades educacionais tem sido motivo de grandes reflexões e constitui muitos fatores que estão diretamente relacionados com instituições e serviços especializados para que a inclusão escolar surja como uma necessidade que precisa ser atendida de forma que a pessoa com deficiência possa ser inserida com um discente “normal” e não com um “aluno especial”, mas para isso, deve haver recursos e níveis de especialização de acordo com a condição física, sensorial ou intelectual do aluno.

O percurso para a escola é um fato comum e muitas vezes fácil para a maioria dos alunos. Por outro lado, a locomoção dentro e fora da escola é uma realidade difícil para os deficientes, porque não são tão visíveis, infraestruturas adequadas para suportar a demanda das necessidades e limitações que os alunos com deficiências físicas apresentam. Segundo Santos (2013), muitas barreiras foram vencidas, porém, no que diz respeito à educação inclusiva no Brasil, ainda encontramos uma árdua tarefa a ser vencida pela sociedade.

Os costumes culturais da sociedade brasileira revelam o quanto às infraestruturas de inclusão são pouco representativas em meio à realidade vivenciada nas escolas públicas. Grande maioria dos âmbitos educativos apresentam estruturas que inserem parcialmente bem os alunos que apresentam facilidade de locomoção, contudo, os deficientes têm dificuldades e necessitam do auxílio de outras pessoas para conseguir chegar ao lugar desejado. Contudo, a acessibilidade arquitetônica com base nos princípios do desenho universal da lei nº 10.098/00, diz que toda escola deve promover um ambiente acessível, eliminando as barreiras e adequando os espaços que atendam a diversidade humana (MACHADO, 2017).

O modelo de infraestrutura escolar tradicional engloba de forma homogêneo todos os alunos onde na verdade, há uma grande diversidade de indivíduos que apresentam limitações físicas, motoras e psicológicas que escola e professores tratam com evasão e mostram o grande déficit para a inclusão desses alunos na rotina escolar através das lacunas na estrutura e formação profissional. “No caso do aluno cadeirante, é preciso dar garantias de acesso e locomoção durante todo o processo de ida e vinda dentro do ambiente escolar, sem esquecer-se do aparato teórico e prático para que este aluno possa ir além da presença na sala de aula, mas fazer-se presente no processo de ensino aprendizagem” (SANTOS, 2003. p. 6).

Raposo e Tavares (2010 apud SANTOS, 2011) afirma que a deficiência física promove alterações nos movimentos e essas mudanças podem implicar singularidades no modo de mobilidade, alimentação, coordenação motora, comunicação oral ou escrita e isso remete a necessidades de adaptação para a realização das atividades escolares.

Dentre os fatores recorrentes da educação brasileira, a inclusão é um tema muito discutido e não se limita a escola, mas sim, a todo contexto social que não sabe como lidar com as deficiências corriqueiras do cotidiano que são ocultadas por hábitos de planejamentos que visam à mera locomoção e não suas limitações. Mas segundo Brasil (2004), a lei 10.098, de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

As lacunas nas estruturas escolares não estão apenas relacionadas ao ato de ir e vim dentro da escola. Existem vários fatores que circundam essas circunstâncias, como por exemplo, o acesso para chegar à escola; se há ou não rampas, caso houver, se o estudante cadeirante consegue ter livre acesso sozinho; se as salas são distribuídas de forma que os mesmos consigam mover-se e participar de atividades realizadas. Para a NBR-9050 (2004) a acessibilidade pode ser compreendida como possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços e elementos.

A concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade (BRASIL, 2004). Porém, a realidade encontra na maioria das escolas públicas mostram que há muitos termos teóricos e poucos práticos para oferecer qualidade de acessibilidade e ensino adequado para os cadeirantes.

Em concordância com os termos apresentas, o presente trabalho teve como objetivos, selecionar algumas escolas públicas do estado de Pernambuco e analisar se elas têm a capacidade de comportar alunos que apresentam dificuldades de locomoção ou são cadeirantes, de forma que os discentes tenham autonomia para realizarem suas atividades cotidianas no cenário escolar com acessibilidade adequada para atender suas necessidades. Como afirmam as regras de acessibilidade na escola, deve existir pelo menos uma rota acessível integrando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leituras e demais ambientes pedagógicos. (NBR 9050, p. 87. 2004).

## METODOLOGIA.

Foram selecionadas três escolas públicas da Região Metropolitana do Recife e analisados os aspectos de acessibilidade e capacidade de acolhimento de alunos com deficiências físicas, com ênfase nos modelos arquitetônicos para inclusão. Com isso, foi observado se as escolas possuíam térreo e/ou primeiro andar; se havia condições de cadeirantes terem acesso a todos os pontos de escola sem o auxílio de segundos, como salas de aula, banheiros, refeitórios, bibliotecas, salas de vídeos, laboratórios, secretaria e áreas de atividades recreativas.

Além disso, foram feitas pesquisas em revistas, livros e no Google acadêmico para consolidar os aspectos abordados no artigo. Os métodos de inclusão dos espaços de ensino foram ser escolas públicas do estado de Pernambuco, com foco na região metropolitana e possuir ensino fundamental e médio; já para as pesquisas, a inclusão se deu com artigos relacionados à mobilidade e acessibilidade como forma de inserir alunos com deficiências nos âmbitos escolares e a realidade presente no contexto social e de ensino quanto ao mesmo assunto. As avaliações foram feitas nas escolas no período de agosto ao início de setembro de 2017.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO.

A primeira escola analisada foi uma das muitas que são de referência no Recife, é semi-integral e possui dez turmas que são distribuídas da seguinte forma, cinco turmas de primeiros anos, três turmas de segundos anos e duas turmas de terceiros anos e não há nenhum aluno que apresente deficiência física. A escola é apenas térreo, mas tem grandes limitações para acolher discentes cadeirantes; o acesso a escola é difícil porque a estrada é esburacada, os banheiros não possuem estruturas adaptadas para a acessibilidade autônoma de possíveis alunos cadeirantes porque as portas são muito estreitas para a passagem de cadeiras de rodas, além disso, não há corrimãos de apoio para o uso do vaso sanitário e pias mais baixas para que o aluno deficiente possa utilizá-lo sozinho e com segurança.

Outros fatores observados foram às limitações que existem para ter acesso a diversos pontos da escola. A princípio, todas as salas possuem o piso mais elevado em comparação com o nível do solo da escola e algumas estão localizadas em corredores muito estreitos e acaba se torna mais uma barreira para a locomoção; além disso, a horta e a área de convivência não apresentam condições de acessibilidade para cadeirantes porque se encontram em pontos com o solo feito de barro e sem

rampas de acesso. Em contra partida, o percurso até cantina apresenta condições medianas para suportar a demandas exigidas para atender indivíduos com uma limitação.

A segunda escola selecionada para a avaliação de infraestrutura através da análise de capacidade de receber alunos com deficiências físicas se mostrou consideravelmente ineficaz como ambiente adequado para acolher e trabalhar a educação inclusiva com ênfase na mobilidade e adaptação. A mesma é uma escola estadual que engloba sete turmas, distribuídas da seguinte forma; três turmas nos primeiros anos, duas nos segundos anos e duas nos terceiros.

O acesso é fácil porque se localiza numa região bem movimentada com a avenida asfaltada e transição de veículos. A escola é provida de térreo, contudo, não há rampas de acesso ao primeiro andar. A área de alimentação é inacessível para indivíduos com limitações e/ou deficiências físicas conseguirem chegar sem auxílio de outras pessoas porque é preciso descer vários degraus de escada; o mesmo pode-se dizer para as atividades recreativas que são realizadas no terreno atrás da escola, na ausência de quadra esportiva, os alunos fazem suas atividades neste local onde o chão é de barro.

Os banheiros não são adaptados para suprir as necessidades dos alunos cadeirantes em virtude de não apresentar pias com condições de serem utilizados pelos mesmos e ausência de corrimãos para o uso do vaso sanitário. Em aspectos gerais, a escola não possui infraestrutura adequada para suportar a transição autônoma do indivíduo, sendo apenas possível, o deslocamento a partir da ajuda de colaboradores.

A terceira escola analisada é integral e apresenta fácil acesso e dispõe de sete turmas, onde três são de primeiros anos, duas de segundos anos e duas de terceiros anos. Quanto a sua infraestrutura, a mesma é provida de escadas para acessibilidade ao primeiro andar, porém ainda existem outros déficits, como a carência de rampas para facilitar a locomoção e reduzir às barreiras que são encontradas para chegar à área de recreação e convivência.

Nos banheiros ocorre a situação semelhante às apresentadas nas escolas citadas anteriormente. Não possuem adaptações para serem utilizados por alunos cadeirantes, por outro lado um ponto positivo nessa comparação são as salas de aula dispostas com o mesmo nível do solo em relação com o corredor. Com isso, existem uma maior autonomia para entrada e saída das salas de aula da instituição, diminuindo em pequena parcela, o transtorno notável que existem para alunos cadeirantes realizarem suas atividades acadêmicas.



Um dos desafios da sociedade é garantir o direito a educação de qualidade a qualquer cidadão (PEREIRA, 2013). Pensando nessa perspectiva, os fatores analisados na pesquisa revelam o quanto é grande a lacuna que as escolas públicas têm quando se discute a educação como ferramenta de inclusão e ambiente de acessibilidade a todos para promover a aprendizagem, visto que, a infraestrutura da grande maioria das escolas não foi pensada para incluir deficientes físicos como usuários do ambiente escolar.

Em virtude dessa ocorrência, Tagliari (2006) afirma em sua fala que (...) às instituições públicas de ensino apresentam condições desfavoráveis, onde o deficiente, muitas vezes, não tem condições de acesso e/ ou permanência na mesma e em meio às diversas barreiras encontradas, o aluno acaba se desvinculando da escola. Essa realidade ocorre com frequência, alunos cadeirantes saindo das escolas em busca de âmbitos educativos adequados para sua formação acadêmica. Em outras palavras, há uma busca por escolas adaptadas para recebê-lo, onde na verdade, todas deveriam apresentar condições de inclusão e acessibilidade.

Abordar a importância de universalizar o acesso à educação e promover a equidade, é uma forma de destacar as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de necessidades especiais que requerem atenção especial onde é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de necessidade especial, como parte integrante do sistema educativo (CARVALHO, 2002).

Tendo uma visão generalista da atual condição social que o Brasil se encontra, sabe-se que para efetivar uma inclusão de fato na rede pública de ensino, não basta simplesmente o cumprimento da lei, matriculando a pessoa com deficiência na rede regular de ensino (FAVEIRO, 2004). Mas sim, proporcionando a ambientação do espaço escolar para que possa suprir as necessidades que o estudante passa em seu cotidiano para ter direito a educação, aprendizagem, adaptação e a convivência com outros alunos.

Na verdade, o conceito real “estabelece que a escola inclusiva é aquela que contempla muitas outras necessidades educacionais especiais: crianças que têm dificuldades temporárias ou permanentes, que repetem de ano, sofrem exploração sexual, violação física ou emocional, são obrigadas a trabalhar, moram na rua ou longe da escola, vivem em extrema condição de pobreza, são desnutridas, vítimas de guerras ou conflitos armados, têm altas habilidades (superdotados) e as que, por qualquer motivo, estão fora da escola (em atendimento hospitalar, por exemplo). Sem esquecer daquelas que, mesmo na escola, são excluídas por cor, religião, peso, altura, aparência,

modo de falar, vestir ou pensar. Tudo isso colabora para que o estudante tenha cerceado o direito de aprender e crescer” (CASARIN, apud CAVALCANTE, p. 12, 2006).

Existem muitas dificuldades para oferecer a inclusão adequada para a grande massa de alunos que são encontrados em abundância de diversidade nas escolas no estado de Pernambuco e no Brasil, porém, a condição atual que foi observada na análise realizada, revela que a carência de estruturas arquitetônicas se solidificou como uma barreira comum que torna comprometido várias habilidades que os alunos deficientes deveriam desenvolver e não podem, como a maior interação pessoal, atividades recreativas e físicas adaptadas para que o mesmo possa participar efetivamente juntos aos colegas e a acessibilidade com autonomia que é o problema mais corriqueiro.

## CONCLUSÃO.

De acordo com o que foi observado, nota-se que embora existam leis para a promoção de educação inclusiva como forma de englobar as diversidades presentes nos contextos sociais, à realidade foge dos padrões pré-estabelecidos, onde, por ventura, as escolas públicas analisadas estão sem condições de acolher alunos que apresentem deficiências físicas, visto que, a infraestrutura do âmbito escolar não está adaptada como um todo, para a acessibilidade e autonomia dos indivíduos cadeirantes poderem se locomover por toda e qualquer parte da escola. Visto isso, é de grande importância que haja mudanças arquitetônicas para que possam ser englobados de forma eficaz, os estudantes que fazem uso da cadeira de rodas com rampas de acesso a todos os pontos da escola, e dessa forma, a acessibilidade facilitada pode funcionar como propulsor para a participação nas atividades realizadas na escola, interação com outros alunos e professores e a potencialização da aprendizagem em meio a tantas dificuldades e barreiras que o mesmo enfrenta em sua locomoção diária na sociedade.

## REFERÊNCIAS.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – NBR 9050: **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência em edificações; espaços e equipamento urbano**; Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.296/2004. Brasília: mj/saj; 2004.

BRASIL. Decreto federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Ministério da educação**. Secretaria de educação especial, 2004. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)

CARVALHO, R. E. Uma Promessa de Futuro: **Aprendizagem para Todos e por Toda a Vida**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

CAVALCANTE, Meire. Revista Nova Escola: Inclusão. p. 9-15 e 54. ed. Especial. n° 11, São Paulo: Editora Abril S.A. Outubro 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2912/2074>

FÁVERO, E. A. G. Direitos das pessoas com deficiência: **garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

MACHADO, R. Atendimento educacional especializado: **deficiência física**. Brasília/ DF-2007.

PEREIRA, M. L. Acessibilidade arquitetônica para cadeirantes na rede estadual e municipal de educação em mineiros, 2013. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4602/5/TCCG%20E2%80%93%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20-%20Murilo%20Luciano%20Pereira.pdf>

RIBEIRO, Solange. Lucas. Espaço Escolar: um elemento visível no **currículo**. In: Revista Sitentibus, Bahia; n° 31, julho/dezembro, 2004.

SANTOS, M. P. A inclusão escolar de alunos cadeirantes: **uma questão de acessibilidade**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.univap.br/dados/000004/000004c5.pdf>

SANTOS, A. G. S. O cotidiano de um aluno cadeirante em uma escola pública do Distrito Federal. 2013. 17 f. Monografia (Pedagogia) – Universidade Católica de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/5257/1/Ant%C3%B4nia%20Gilma%20dos%20Santos%20e%20Santos.pdf>

TAGLIARI, C; TRÊS, F; OLIVEIRA, S. G. "Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar." *Revista Neurociências* 1.1 (2006): 10-14. Disponível em: <http://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2006/RN%2014%2001/Pages%20from%20RN%2014%2001-2.pdf>